

A difícil questão da Amazônia

O tema da devastação da floresta amazônica voltará sem dúvida a ter destaque no noticiário da imprensa internacional após a decisão do governo brasileiro de divulgar os dados a respeito coletados nos últimos três anos. O local escolhido para o ato de divulgação, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de São José dos Campos, reforça a credibilidade dos estudos apresentados, dada a respeitabilidade científica dessa instituição, e permite à imprensa estrangeira obter ali todos os esclarecimentos adicionais que deseje, dada a presença dos ministros Gustavo Krause e Israel Vargas, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia.

Os números, dos quais demos uma idéia aproximada em nossa edição de ontem, não são nem um pouco animadores, pois é evidente que desmatamentos que alcançam áreas equivalentes à metade do território da Bélgica, a cada ano, não projetam um futuro promissor para o conjunto da maior reserva florestal do planeta, que conta também com um quinto das disponibilidades mundiais de água doce.

É fora de dúvida que nós, brasileiros, temos uma alta dose de responsabilidade na preservação desse patrimônio, pois, embora ele não se restrinja ao nosso território, é aqui que se encontra sua maior parte.

A propósito, seria talvez conveniente e importante que essa divulgação contasse também com a presença de representantes dos governos dos países limítrofes para evidenciar que, afinal de contas, não é só o Brasil, isoladamente, que precisa desenvolver uma política séria em relação à região, até porque o prin-

cipal rio que a corta, o Amazonas, nem nasce neste país, sendo que o que acontece em suas cabeceiras e afluentes, a montante da fronteira brasileira, também tem influência nos destinos da floresta.

De qualquer forma, é elogiável que o governo brasileiro tenha levado adiante os estudos e disponha-se a divulgar seus resultados, desta feita com apoio nas imagens continuadas obtidas via satélite, que não deixam margem a discussões estéreis. Esse tipo de tecnologia não existia alguns anos atrás, de modo que as informações que chegavam ao conhecimento da imprensa ou que eram submetidas à

Transformar a devastação em exploração racional é a melhor solução para a região

discussão pública sempre podiam sofrer distorções derivadas da postura política de quem as divulgava.

Por conseguinte, temos agora, como resultado positivo das preocupações em relação ao meio ambiente da Amazônia, um trabalho científico, metódico, que pode servir de base ao tratamento que se deve dar à região, com ou sem apoio internacional.

É relevante observar, sobre a questão, que a Amazônia apresenta ao Brasil e ao mundo um dilema de complexa, mas não impossível, solução. Ela é ao mesmo tempo uma área em que a preservação se torna imperativa, dada sua enorme influência geográfica e até no clima do planeta como um todo, mas que também oferece riquezas, oportunidades de co-

nhecimentos e estudos que podem beneficiar toda a humanidade.

Não se trata, portanto, como muitos ecologistas radicais desejariam, de transformá-la numa espécie de santuário ecológico impenetrável e intocável, o que, de resto, seria fisicamente impossível, tendo em vista suas dimensões e a própria "invasão" humana que a região já absorveu ao longo de séculos. Trata-se, isso sim, de discriminar com rigor as áreas que possam ser objeto de exploração e desenvolvimento econômico sem que se perturbe irremediavelmente o necessário equilíbrio ambiental e, com base nisso, definir políticas de ocupação, de atividades agrícolas e extrativas e de manejo florestal sustentável que convivam adequadamente com as áreas em que a floresta deve permanecer intocada.

Essa é a estratégia imposta pela lógica e, tudo indica, é a que o governo brasileiro acolhe, segundo depreendemos das observações do presidente do Ibama, Eduardo Martins. Ele nos assegura que o que se busca é restringir a exploração dentro das áreas públicas, de modo a desonerar o investidor da imobilização em terras; controlar a oferta com base na capacidade natural de reposição ambiental; valorizar os produtos florestais; garantir certificado de origem e fiscalizar a produção. Essa política já teve seu início com a licitação da Floresta Nacional do Tapajós, cujo processo está sendo concluído e, neste ano, novas áreas estarão sendo licitadas, em Rondônia e no próprio Amazonas. ■

234
27/1/97
A-2